



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 1470/13	DATA: 19/09/2013	
LOCAL: Auditório Nereu Ramos	INÍCIO: 10h12min	TÉRMINO: 12h21min	PÁGINAS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ ELITO SIQUEIRA - Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.
JOSÉ ALBERTO IEGAS - Diretor de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal, representante do Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo.
JÚLIO CÉSAR DE ARRUDA - Comandante da Brigada de Operações Especiais do Exército Brasileiro, representante do Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim.
CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA PARANHOS - Subsecretário-Geral de Política I do Itamaraty, representante do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo.
WILSON ROBERTO TREZZA - Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN.
DANIEL DAHER - Chefe em exercício da Divisão Antiterrorismo do Departamento de Polícia Federal, representante do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Sr. Leandro Daiello.
ANDREA LODEIRO - Especialista em terrorismo, inteligência e defesa e diretora do projeto chileno de inteligência.
MARCELO FALAK - Cientista político especialista em relações internacionais e editor do jornal argentino *Ámbito Financiero*.
ANDRÉ LUÍS WOLOSZYN - Analista de Assuntos Estratégicos.

SUMÁRIO

Seminário Internacional *Terrorismo e Grandes Eventos*.

OBSERVAÇÕES

Há falhas na gravação.
Houve exposição em espanhol com tradução simultânea.
Houve exibição de imagens.
Seminário Internacional promovido em conjunto pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional.



O SR. APRESENTADOR (Jeziel Carvalho) - Senhoras e senhores, bom dia. Pedimos a todos que se acomodem em seus lugares. Dentro de instantes, daremos início ao Seminário Internacional Terrorismo e Grandes Eventos. *(Pausa.)*

Senhoras e senhores, muito bom dia. Tem início o Seminário Internacional Terrorismo e Grandes Eventos, uma iniciativa conjunta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional. O evento reúne especialistas brasileiros e estrangeiros em torno do debate sobre a prevenção de ações terroristas, as medidas de segurança em grandes eventos e as reflexões para o futuro.

Informamos que este evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet, na página da Câmara dos Deputados www.camara.leg.br, por meio da ferramenta *webcamara*.

Neste momento, são convidados a compor a Mesa de abertura o Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, Deputado Nelson Pellegrino *(palmas)*; o senhor membro titular da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e coautor do requerimento para a realização do evento, Deputado Walter Feldman *(palmas)*; o Sr. Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General de Exército José Elito Siqueira *(palmas)*; o Sr. Diretor de Inteligência do Departamento de Polícia Federal, José Alberto legas, representando neste ato o Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça *(palmas)*; o Sr. Comandante da Brigada de Operações Especiais, General de Brigada Júlio César de Arruda, representando neste ato o Sr. Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa *(palmas)*; o Sr. Embaixador Carlos Antônio da Rocha Paranhos, Subsecretário-Geral de Política I, neste ato representando o Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, Ministro de Estado das Relações Exteriores *(palmas)*; o Sr. Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN, Wilson Roberto Trezza *(palmas)*; o Sr. Chefe em Exercício da Divisão Antiterrorismo do



Departamento de Polícia Federal, Daniel Daher, representando neste ato o Sr. Leandro Daiello, Diretor-Geral da Polícia Federal. (*Palmas.*)

Senhoras e senhores, pedimos a todos que se coloquem em posição de respeito para a execução do Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional. Palmas.)

O SR. APRESENTADOR (Jeziel Carvalho) - Convidamos para fazer uso da palavra neste instante o Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Pellegrino) - Bom dia a todas e a todos, sejam bem-vindos ao Congresso Nacional, à nossa Câmara Federal, é com prazer que dou início a este Seminário.

Quero cumprimentar os integrantes da Mesa; nosso Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General José Elito Siqueira, a quem agradeço a presença aqui. O Ministro tem sido extremamente cortês com esta Casa, todas as vezes em que tem sido convidado ele se faz presente. Tenho certeza de que sua presença é de muita valia e de que dará grandes contribuições ao nosso Seminário, como tem dado à Segurança Institucional do nosso País.

Cumprimento também o Dr. Wilson Roberto Trezza, que é o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência; o Sr. José Alberto legas, Diretor de Inteligência da Polícia Federal, aqui representando o Sr. Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo; o General de Brigada Júlio César de Arruda, Comandante da Brigada de Operações Especiais, representando S.Exa. o Ministro da Defesa, Celso Amorim; o Embaixador Carlos Antônio da Rocha Paranhos, Subsecretário-Geral de Política, representando aqui também S.Exa. o nosso Chanceler, Luiz Alberto Figueiredo, Ministro de Estado das Relações Exteriores; o Sr. Daniel Daher, Chefe em Exercício da Divisão Antiterrorismo da Polícia Federal, representando aqui o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Leandro Daiello; e cumprimento o meu amigo e companheiro, Deputado Walter Feldman, grande idealizador deste Seminário e entusiasta do tema, e é um dos autores de 6 proposições que tramitam nesta Casa e destinam-se



não só a debater esse assunto, mas também regulamentar, no âmbito da legislação brasileira, essa matéria.

Cumprimento também todos os Deputados aqui presentes. Vejo o Deputado Nelson Marquezelli, decano de nossa Comissão, e o Deputado José Eduardo Dutra também. Cumprimento todos os palestrantes aqui presentes também, e agradeço a presença de todos, principalmente aos palestrantes internacionais que se dispuseram a participar e dar sua contribuição.

Cumprimento todos os membros do Corpo Diplomático aqui presentes. Vejo vários Embaixadores e representantes diplomáticos. Cumprimento os estudantes aqui presentes e os profissionais.

É com grata satisfação que iniciamos este Seminário Internacional Terrorismo e Grandes Eventos. É uma promoção das Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e também da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional.

Para o dia de hoje, contamos com palestrantes do mais alto gabarito, brasileiros e estrangeiros, e que conosco se reunirão para tratarmos de tema que tem merecido cada vez mais atenção por parte do poder público e da sociedade brasileira: o terrorismo e os grandes eventos.

O terrorismo, todos sabem, não é um fenômeno recente. Na Antiguidade, na Idade Média, por exemplo, já havia relatos de ações que poderiam ser hoje classificadas como terroristas, como todas as diferentes nações em diferentes momentos históricos vivenciaram de forma mais ou menos intensa esse fenômeno.

Nos dias de hoje, porém, a prática do terrorismo assume diferentes motivações e roupagens, estando impregnado de fatores políticos, religiosos, associado a diferentes manifestações de fundamentalismo.

Nesta era em que tudo pode ser globalizado, incluindo adesões a conflitos aparentemente distantes, até mesmo indivíduos isolados ou em pequenos grupos podem se converter em agentes de um tipo inesperado de terror, como ocorreu há poucos meses em Boston, nos Estados Unidos da América.

Portanto, compreender o terrorismo a partir das expressões que ele tem assumido nas últimas décadas é uma tarefa a qual não podemos negligenciar. No Brasil, particularmente o terrorismo não é um fenômeno com presença histórica



marcante. As características de nosso País, de nosso povo, felizmente fazem com que o terrorismo não tenha ambiente propício para prosperar em nossas terras. Alguns diriam mesmo que o Brasil, dada a sua natureza pacífica e amistosa, não precisaria se preocupar com ameaça terrorista. Essa percepção, entretanto, carece de fundamento, sobretudo diante dos acontecimentos que seguirão nos próximos anos.

Nesta segunda década do século XXI, o Brasil tem sediado e sediará grandes eventos internacionais. Tivemos os Jogos Militares de 2011; a Rio+20 em 2012; a Jornada Mundial da Juventude, com a presença de Sua Santidade o Papa Francisco; e a Copa das Confederações em 2013.

Para o próximo ano, esperamos milhares de pessoas para a Copa do Mundo de Futebol e um número igualmente significativo para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Associa-se a isso o fato de o Brasil se tornar um protagonista cada vez mais relevante no cenário das nações, apresentando nas últimas décadas um crescimento econômico e um desenvolvimento social que nos elevaram a patamares inéditos. Tais circunstâncias projetam o Brasil internacionalmente, tornando-o uma grande vitrine para o mundo, especialmente no decorrer de eventos que galvanizam a atenção do mundo inteiro, como são os eventos esportivos que aqui terão lugar.

Naturalmente, os brasileiros têm de se preocupar com os riscos e atentados terroristas nos próximos anos. O posicionamento do Brasil no cenário internacional, como potência *softpower*, respeitadora da soberania, da não intervenção e dos métodos democráticos na condução dos seus assuntos externos, poderia levar a uma avaliação de que o nosso País é pouco vulnerável a esse tipo de prática.

No entanto, ainda que não sejamos alvos diretos de ações terroristas, temos que estar atentos, pois, em razão dos grandes eventos que se aproximam, receberemos autoridades, delegações e cidadãos de outros países que podem ser alvo de terrorismo.

À medida que nos tornamos mais visíveis ao mundo, devem aumentar também os nossos cuidados. Afinal, o terrorismo busca chamar a atenção de um número maior de pessoas e países, tornando os grandes eventos uma grande exposição midiática de seus interesses.



É preciso lembrar que o Brasil não é novato em matéria de grandes eventos. Já estamos acostumados a realizar com certa frequência eventos de grande porte. De certa forma, cada clássico de futebol é um grande evento. Temos, em diferentes cidades brasileiras, grandes feiras, exposições e festivais, como o Rock in Rio, assim como grandes manifestações políticas e religiosas. Portanto, não partimos do zero para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas. Além da necessária cautela, temos razões para ver com otimismo o dever de fazer um bom trabalho de prevenção a essa ação e a essa prática terrorista.

Nosso aparato de segurança e inteligência está capacitado com esses preparativos. Equipes multidisciplinares de profissionais brasileiros estão acumulando valiosas experiências, quer seja no planejamento, quer seja na execução de projetos de grandes dimensões. As empresas que atuam no setor de segurança e turismo, por exemplo, podem ser beneficiadas se aproveitarem as oportunidades de aprendizado. A experiência de segurança e gerenciamento acumulada nos últimos anos, somada ao que vamos adquirir até 2016, será um grande legado desse momento histórico. O que aprendermos por ocasião dessa série de grandes eventos no Brasil deixará às futuras gerações um legado de maior capacidade dos órgãos de segurança e inteligência, de melhor gerenciamento, cooperação e integração entre as forças do Estado e a sociedade, e sobretudo de mais segurança para todos.

Quando pensamos no conceito de legado dos grandes eventos, não devemos nos esquecer do valor dessas experiências. Acredito mesmo que esse será um dos principais legados dos grandes eventos que estão sendo realizados no Brasil.

Quero dizer que este Seminário que ora iniciamos se insere no processo de preparação do Brasil para os grandes eventos de 2014 e 2016 como uma contribuição do Poder Legislativo, uma contribuição no sentido de buscar subsídios para a análise das providências que estão sendo tomadas pelos encarregados da segurança desses eventos e de conhecer, de colher informações e de compartilhar experiência dos respeitáveis especialistas brasileiros e estrangeiros aqui presentes.

A propósito, eu gostaria de agradecer de público a generosidade de todos os expositores que atenderam ao convite das Comissões promotoras. Esses expositores, que são autoridades reconhecidas em seus respectivos países e



internacionalmente, vieram com sacrifício de suas agendas para aportar com seus conhecimentos e sua credibilidade brilho e qualidade a este Seminário.

Ao realizar este debate, as Comissões da Câmara e do Senado sinalizam para a sociedade que, no Congresso Nacional, estamos também atentos ao risco de ações terroristas nos grandes eventos. Mais do que isso, estamos procurando entender o fenômeno para contribuir no sentido da redução máxima desse risco em nosso território.

Contamos com a participação prestigiosa de Senadores e Deputados que têm se debruçado sobre o tema, possibilitando que o Poder Legislativo exerça seu papel constitucional de fiscalização e controle de forma adequada.

Eu gostaria de destacar aqui a iniciativa no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, como eu já disse, do Deputado Walter Feldman, que, com apoio desta Presidência, assim como da Comissão homóloga do Senado, possibilitou a realização deste seminário.

Agradeço igualmente a gentileza de todos os palestrantes que aqui se dispuseram a vir para compartilhar com todos nós os seus valiosos conhecimentos.

Finalizando, quero expressar a minha convicção de que, ao tempo em que devemos nos cercar com todos os cuidados da ameaça do terrorismo, vamos propiciar ao mundo uma festa inesquecível de conagração entre os povos e a nossa população. O Brasil será um cenário de paz e segurança. As grandes lembranças dos eventos esportivos serão de muita alegria, júbilo e saudade.

Eu quero dizer que este seminário tem esse contexto. Como aqui já registrei, tramitam no Congresso Nacional seis iniciativas que visam tipificar a prática do terrorismo. O Brasil é signatário da Convenção Interamericana de Prevenção e Combate ao Terrorismo. O Brasil também se insere no contexto do sistema internacional de prevenção e combate.

Nós adotamos constitucionalmente o Princípio da Reserva Legal. Portanto, não há crime sem lei que anteriormente assim o defina. Nós não temos na legislação brasileira a tipificação desse tipo de prática, a devida tipificação para quem se associa para praticar esse tipo de ação. Nós não temos a tipificação como crime para os atos daqueles que contribuem com fundos financeiros para financiar e fomentar esse tipo de prática.



Portanto, é muito importante que debatamos esses temas para que possamos ter uma legislação moderna no Estado Democrático de Direito.

Eu comentava inclusive com o Deputado Walter Feldman, que é um especialista nessa matéria, que é importante, na hora de fazer essa tipificação e de regulamentar essa matéria, o cuidado para que a gente não ultrapasse a tênue fronteira entre o que é ação terrorista motivada por diversos fundamentos e ação dos movimentos sociais, porque ações poderão ser enquadradas como ações terroristas do movimento social, mas não são. Então, a devida tipificação, o devido cuidado nesse debate é fundamental para que o Brasil tenha uma legislação moderna que proteja a sua população, que proteja a nossa soberania, que proteja o nosso Estado e que proteja o nosso País.

Eu queria agradecer a todos. Vamos dar início agora ao seminário. Vou passar a palavra ao Deputado Walter Feldman, que fará suas considerações, e aos demais membros da Mesa. Em seguida, daremos início ao nosso primeiro painel.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN - Bom dia a todos e a todas.

Eu queria, inicialmente, agradecer ao Presidente Pellegrino, que prontamente contribuiu, foi coautor, trabalhou para que o nosso requerimento fosse aprovado na Comissão de Relações Exteriores, e levou à Mesa a proposição de Comissão Mista Estratégica de Inteligência. Portanto, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, S.Exa. tem uma enorme contribuição a dar a este seminário e depois à tramitação dessa matéria, que espero ver aprovada brevemente nas duas Casas.

Quero cumprimentar os representantes do Governo, na pessoa do nosso Comandante Elito. Muito obrigado pela presença! A presença de membros do Governo Federal aqui demonstra o interesse do Governo como um todo nessa matéria. Agradeço a presença de todos no plenário. É muito difícil nós termos uma presença tão maciça, tão expressiva de setores importantes do pensamento estratégico em relação a essa matéria, que é tão importante para todos nós brasileiros.

Faço apenas uma saudação inicial, tendo em vista que teremos um bom e profícuo debate nos três encontros que faremos debatendo esta matéria, até o final



da tarde. Este é um tema que nos preocupa muito na medida em que podemos acompanhar o cenário internacional nos últimos períodos, nas últimas décadas.

Particularmente, tive a oportunidade de ficar um longo período na Inglaterra, acompanhando a preparação dos Jogos Olímpicos de 2012, onde pude constatar como o império britânico se preocupava com a realização daquele evento do ponto de vista logístico, urbanístico, na agregação e na governança e acrescentava elementos seja financeiros, seja de inteligência, seja de informação para que o aspecto da segurança e o combate ao terrorismo estivessem no máximo preservados, tendo em vista que a excelência e a qualidade daquele evento não superariam eventualmente algum acontecimento de caráter terrorista que pudesse ocorrer.

Do mesmo modo, eu sinto, percebo, analiso os movimentos que o Governo brasileiro tem feito em relação a esta matéria, os movimentos da área da defesa, da justiça, das relações exteriores, mas cabe a nós Parlamentares e brasileiros construirmos uma legislação específica a respeito. Nós temos que tipificar o terrorismo, sempre preocupados com essa interface que, muito bem disse o Deputado Pellegrino, deve evitar a confusão com movimentos sociais.

Aqui vejo o Deputado Marchezan e o Deputado Domingos Dutra, dois Parlamentares que estão, muitas vezes, em campos opostos, mas no debate democrático da luta das ideias, das corporações e dos interesses econômicos têm a compreensão também de como os movimentos sociais devem se inserir na sua qualidade, na sua organização, na sua prática, na democracia brasileira.

Nós sabemos que o terrorismo, diferentemente das outras práticas nas relações planetárias, internacionais e diplomáticas, é uma ação de caráter covarde, imprevisível, e ataca particularmente a população civil, que não tem nada a ver com aquele evento. Muitas vezes, internacionalizam-se questões que não estão afetas às questões domésticas.

Por isso, cabe a nós não apenas elaborar uma lei específica, mas buscar a contribuição internacional com aquilo que vem fazendo a ONU, com seus protocolos, suas convenções, suas orientações, e com os países que têm trabalhado essa questão para termos um elemento maior de proteção e aviso àqueles que porventura tiverem algum interesse na realização desse evento, para que saibam



que nosso País está preparado do ponto de vista da promoção, da prevenção e também do tratamento, se porventura algo vier a ocorrer.

A função deste seminário é exatamente esta: trazer especialistas, trazer as contribuições que já se acumularam e trazer ao plenário um público que possa efetivamente contribuir com suas ideias, com sua experiência, com sua visão, com sua análise, para que tenhamos o melhor resultado possível que subsidie aquilo que os Parlamentares esperam votar em breve nas duas Casas.

Anuncio aqui a presença do nosso Deputado Eduardo Azeredo, de Minas. Muito obrigado, Deputado, por sua presença. Agradeço a presença de todos. *(Palmas.)*

O SR. APRESENTADOR (Jeziel Carvalho) - Queremos registrar e agradecer a presença do Sr. Deputado Nelson Marquezelli, Ouvidor-Geral da Câmara dos Deputados, Sr. Deputado Domingos Dutra e Sr. Deputado Eduardo Azeredo, que acaba de chegar.

Agradecemos também a presença de representações diplomáticas da Embaixada da Croácia, da Embaixada da República do Burundi, da Embaixada do Paquistão, da Embaixada da Geórgia, da delegação da União Europeia no Brasil, da Embaixada da República do Congo, da Embaixada da República da Coreia e da Embaixada da Suíça.

Ouviremos agora o Sr. Ministro de Estado, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General de Exército José Elito Siqueira.

O SR. JOSÉ ELITO SIQUEIRA - Minhas senhoras e meus senhores, muito bom dia. Não temos muito a acrescentar às palavras do Sr. Deputado Nelson Pellegrino e do Sr. Walter Feldman.

Primeiro eu cumprimento a todos pela iniciativa. É um assunto absolutamente corrente, importante, estratégico em qualquer país do mundo.

Gostaria de complementar as palavras dos que nos antecederam, destacando algo que é importante a todos nós: a inteligência de Estado, feita pelo Gabinete de Segurança Institucional, com a nossa Agência Brasileira de Inteligência; a defesa deste País, feita pelo Ministério da Defesa; e a segurança pública no Brasil, conduzida pelo Ministério da Justiça e pelos Srs. Governadores Estaduais. Este conjunto — inteligência de Estado, defesa e segurança pública — é uma mão dupla



para o desenvolvimento do País. Não existe desenvolvimento deste País na sua plenitude se não houver inteligência de Estado preventiva e prospectiva, aliada a uma defesa da nossa soberania, da nossa sociedade, do nosso povo, associada, claro, à segurança pública deste País, com 26 Estados, além do Distrito Federal, com características completamente distintas. Somos um país continental. Esta mão dupla, desenvolvimento e segurança com inteligência, tem que ser o *modus operandi* permanente de qualquer grande país, como disse o Deputado Nelson, que se torna um protagonista cada vez maior nesse mundo.

É dentro desse contexto que eu gostaria de destacar este dia que os senhores terão de discussão. Se estivermos isolados, não atingiremos objetivos de que o País precisa; mas, se estivermos integrados, vamos conseguir sim. Esta palavra talvez seja a chave de todo e qualquer sucesso de um grande país: integração. A integração entre inteligência, segurança pública e defesa é uma consequência absolutamente positiva e imediata para o nosso País, em qualquer observação que queiramos fazer relativamente a desenvolvimento econômico, social, político.

Gostaria de propiciar essa imagem a todos, porque, às vezes, parece que defesa é assunto militar. Não é, meus senhores. Defesa é assunto de todo e qualquer cidadão. Segurança pública não é atribuição da Polícia ou da nossa Polícia Federal, do Ministério da Justiça, é de todos nós.

Quanto à inteligência de Estado, hoje nós temos uma lei que trata do nosso Sistema Brasileiro de Inteligência. Trinta órgãos de 15 Ministérios compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência, e a grande maioria dos representantes desse sistema não possui estrutura de inteligência. Não precisa. Eles estão no sistema pelos temas estratégicos de que tratam e refletirão, caso haja algum problema na segurança de todos nós e do próprio País.

É com esse foco que gostaria de complementar as palavras dos nossos Deputados.

Desejo a todos um feliz seminário.

Parabéns pela iniciativa!

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. APRESENTADOR (Jeziel Carvalho) - Agradecemos e registramos também a presença dos representantes da Embaixada da República Federal da Alemanha, Embaixada da Espanha, Embaixada da Austrália, Embaixada de Cuba, Embaixada da Federação da Rússia e Embaixada da República de Angola.

Ouviremos agora o Sr. Diretor de Inteligência do Departamento de Polícia Federal, José Alberto Iegas, que representa neste ato o Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça.

O SR. JOSÉ ALBERTO IEGAS - Bom dia a todos.

Bom dia, Deputado Nelson Pellegrino, Deputado Walter Feldman, por intermédio de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa e os demais Parlamentares presentes.

Incumbiu-me o Exmo. Ministro José Eduardo Cardozo de representá-lo neste seminário tão importante e também de parabenizar principalmente os Deputados Nelson Pellegrino e Walter Feldman, amigos de longa data e companheiros em várias outras lutas e outros assuntos, por esta brilhante iniciativa.

Não há dúvida nenhuma de que este assunto — terrorismo — é muito relevante para todos nós. No momento de protagonismo internacional que o Brasil vive, às vésperas de grandes eventos, sem prejuízo de vários outros que são ou foram realizados neste País, é um tema recorrente.

A falta de legislação é, sem dúvida, fator impeditivo de atuação mais firme relacionada a esse tema. Este seminário, promovido pelo Congresso Nacional, a nossa Casa, pelos nossos representantes, é um espaço democrático. Certamente sairemos deste debate com ideias, sugestões, para que tenhamos em breve uma legislação que possa amparar o Brasil em relação a esse tipo de assunto.

Como muito bem disse o General Elito, a política do Ministério da Justiça é de total integração, de total coordenação entre os órgãos, entre os organismos do próprio Ministério da Justiça e também entre a ABIN, as Forças Armadas, todas as forças de segurança pública e demais órgãos de Estado, porque não se faz nada sozinho. É importantíssimo termos essa integração, e sem vaidades, sem questões de menor importância, sempre tendo em vista o bem da nossa Nação, do Brasil como um todo.



Também é importante essa relação com os organismos internacionais. Podemos trocar experiências com países, com nações que têm um sistema mais avançado quanto ao tema terrorismo, mas sem nunca perder de vista a independência entre os órgãos e, principalmente, a soberania nacional, respeitando cada país, cada realidade.

No que diz respeito a terrorismo, não há um modelo único a ser seguido. Nós devemos trocar experiências em seminários como este, em viagens, em congressos internacionais e fazer, Deputado Feldman, uma legislação e um conagraçamento de ideias, de iniciativas que sejam convenientes ao Brasil e adequadas à realidade brasileira.

Então, parabenizo o Congresso Nacional, por intermédio dos Deputados Nelson Pellegrino e Walter Feldman, pela iniciativa. É muito importante debatermos esse assunto, porque não podemos ter em mente apenas a imagem de que o Brasil é um país pacífico. É um engano se pensar que o Brasil, por ser um país pacífico, está imune a qualquer atentado terrorista. É importante debatermos o tema, cuidarmos desse assunto com responsabilidade, especialmente no Congresso Nacional, que representa os interesses do povo brasileiro.

O Ministério da Justiça está à disposição, por meio dos seus órgãos. Menciono especificamente a Polícia Federal, que tem uma divisão especializada em antiterrorismo. Podemos oferecer auxílio em relação a qualquer debate referente a combate ao terrorismo.

Em nome do Ministro da Justiça, eu agradeço a oportunidade e parabenizo mais uma vez os responsáveis por esta iniciativa, pelo brilhante evento que realizaremos no Congresso Nacional. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR (Jeziel Carvalho) - Queremos registrar a presença do Sr. Deputado Vicente Candido e de representantes das Embaixadas do Canadá, do Peru, da Colômbia e do Irã. Muito obrigado pela presença.

Fará uso da palavra neste instante o Sr. Comandante da Brigada de Operações Especiais, General de Brigada Júlio César de Arruda, que representa neste ato o Sr. Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa.

O SR. JÚLIO CÉSAR DE ARRUDA - Bom dia a todos.

É uma satisfação muito grande estar aqui presente.



O Comando de Operações do Exército Brasileiro está envolvido diretamente com o tema da prevenção e do combate ao terrorismo. No terceiro painel deste seminário, poderei mostrar a todos o que vem sendo feito, o que já foi feito e o que está planejado para ser feito em relação aos grandes eventos. Como já foi muito bem destacado aqui, a coordenação e a integração são a chave. Operação de interações é a chave para o sucesso. É a forma como nós já estamos atuando.

Espero levar deste seminário muitos ensinamentos, para que os coloquemos em prática no próximo grande evento, que já está sendo planejado, trabalhado. Refiro-me à Copa do Mundo de 2014.

Obrigado pela oportunidade. Para nós que estamos envolvidos com isso, é muito importante ver uma plateia tão seleta, com representantes nacionais e internacionais. Esperamos realmente levar daqui muitos ensinamentos.

As demais considerações nós apresentaremos no terceiro painel.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. APRESENTADOR (Jeziel Carvalho) - Ouviremos agora o Sr. Embaixador Carlos Antônio da Rocha Paranhos, Subsecretário-Geral de Política I, que neste ato representa o Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O SR. CARLOS ANTÔNIO DA ROCHA PARANHOS - Muito bom dia, senhoras e senhores.

Em nome do Ministro Luiz Alberto Figueiredo, gostaria de agradecer o convite para que o Itamaraty participasse deste foro de reflexão e discussão e dizer da satisfação de vir a esta Casa e saudar todos os membros da Mesa.

O tema a ser tratado neste seminário envolve várias vertentes. Eu me limitarei a abordar apenas alguns aspectos de caráter introdutório, que serão certamente complementados pelos expositores durante o seminário.

Em relação ao plano multilateral, como sabemos, não há uma convenção abrangente sobre o tema terrorismo. Esforços estão sendo envidados nesse sentido pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Dois enfoques têm sido, em geral, adotados para caracterizar o terrorismo: difusão do terror, em caráter geral, e forma de coação de Estados ou de grupos sociais.



Cada vertente tem suas vantagens e desvantagens. Não obstante, persistem impasses que têm dificultado avanços concretos na definição de terrorismo e o alcance da convenção abrangente ora em negociação, em particular no que concerne aos (*falha na gravação*) estatais, ao direito de autodeterminação e ao chamado terrorismo de Estado. O impasse também abrange eventual convocação de conferência de alto nível, sob os auspícios da ONU, sobre a matéria.

Sem prejuízo da competência da Assembleia Geral das Nações Unidas, a temática do terrorismo foi incorporada à agenda do Conselho de Segurança, uma vez que essa atividade constitui ameaça à paz e à segurança internacional. Embora em algumas regiões do globo haja indícios de aproximação entre redes terroristas e redes criminosas, essa realidade, felizmente, não corresponde à experiência brasileira.

Em nossa perspectiva, há uma diferença conceitual entre esses dois fenômenos. É muito importante que isso seja debatido neste seminário. O terrorismo tem motivação político-ideológica, enquanto o crime organizado busca auferir ganhos patrimoniais. O crime organizado deve ser combatido com perspectiva de segurança pública, mediante a aplicação da lei penal na esfera de jurisdição de cada Estado. Nos casos de crimes de caráter transnacional, o Brasil coopera, por meio de acordos bilaterais, regionais e multilaterais, a partir das definições contidas na Convenção de Palermo, de 2000, e seus três protocolos.

Ainda na esfera multilateral, o Brasil já é parte de 13 dos 16 acordos específicos vigentes negociados no âmbito das Nações Unidas. Esses acordos definem condutas ilícitas e procedimentos de assistência jurídica mútua de extradição e garantia de punibilidade nos campos da proteção da segurança da aviação, navegação marítima, utilização de materiais perigosos, proteção a certos alvos de atos terroristas e supressão de atos de terrorismo nuclear.

No âmbito regional, o Brasil é parte da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, de 2002. A convenção, sem definir o termo, estabelece medidas amplas e abrangentes com a intenção de prevenir, punir e eliminar o terrorismo. O Brasil participa também das atividades do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, no âmbito da OEA. Em 2013, o tema central do comitê é o fortalecimento da



cooperação hemisférica para enfrentar o financiamento do terrorismo e a lavagem de ativos.

No contexto preparatório para a realização de grandes eventos esportivos em 2014 e 2016, o Ministério das Relações Exteriores tem participado de todos os esforços governamentais voltados para o aprimoramento da segurança. A previsão de vinda de um grande número de atletas, dignitários e turistas de todo o mundo evidencia a importância da interlocução ágil e eficaz com autoridades de segurança de outros países.

Já em 2012, por intermédio da rede de embaixadas, o Itamaraty colaborou com a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos na identificação de autoridades, de especialistas estrangeiros, a fim de convidá-los a participar da 1ª Conferência Internacional de Segurança para Grandes Eventos. Como resultado desse esforço conjunto, a SESGE reuniu em Brasília, em novembro do ano passado, 38 delegações estrangeiras. Em nossa avaliação, a conferência propiciou importante intercâmbio de conhecimentos e práticas entre os países que já sediaram e aqueles que se preparam para sediar eventos dessa natureza, permitindo ao Brasil compartilhar informações sobre os avanços do nosso processo preparatório.

Dando seguimento à colaboração com outros órgãos governamentais aqui representados, no primeiro semestre deste ano o Itamaraty teve grande satisfação em participar das atividades do Centro Integrado de Comando e Controle Nacional, a convite do Ministério da Justiça e (falha na gravação) Agência Brasileira de Inteligência. Consideramos que essas experiências de coordenação proporcionam relevante aprendizado, que seguramente contribuirá para o bom andamento dos grandes eventos que sediaremos em 2014 e 2016.

Esses megaeventos constituem oportunidades também para aprofundarmos laços com importantes países parceiros, como eu dizia. Nesse sentido, já foram assinados memorandos de entendimento com Alemanha, África do Sul, Austrália, Canadá, China, Estados Unidos, Reino Unido e Rússia, que contemplam não apenas oportunidades comerciais e de investimento, também permitem a agentes do Governo brasileiro obter informações sobre como esses países se prepararam para



os eventos que já lhes coube organizar ou estão se preparando para sediá-los em futuro próximo.

Essas oportunidades tendem a se multiplicar à medida que o Brasil, mais adiante, for transferindo sua experiência para futuros países-sedes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR (Jeziel Carvalho) - Registramos e agradecemos a presença de representantes das Embaixadas da Síria, Omã, Argélia e Burkina Faso.

Fará uso da palavra agora o Sr. Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN, Wilson Roberto Trezza.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA - Exmo. Sr. Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional — CREDN, da Câmara dos Deputados, e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, do Congresso Nacional; Exmo. Sr. Deputado Walter Feldman, proponente do requerimento que deu origem a este seminário; Exmo. Sr. General Elito, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional; demais componentes da Mesa; senhoras e senhores, primeiramente gostaria de me juntar a todos que me antecederam quanto aos cumprimentos e ao reconhecimento da importância desta iniciativa de ação conjunta dessas duas importantes Comissões do nosso Congresso Nacional.

Gostaria também de dizer que, ao contrário do que possa parecer, mais precisamente no que diz respeito às atividades da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, eu penso que posso falar por todas as agências de inteligência do Estado brasileiro, no sentido de que a inteligência nacional tem o desejo de ser auditada pelo Congresso Nacional. Isso é o que nos vai dar a certeza da lisura e da legalidade das nossas ações, ações fundamentalmente importantes no momento em que vivemos. Refiro-me a esta sequência desafiadora de grandes eventos que o Brasil teve a ousadia de recepcionar e de realizar.

Nós gostaríamos de dizer que essa preocupação da inteligência brasileira, da defesa e da segurança pública com esses grandes eventos, especificamente no que se refere ao terrorismo, não é uma preocupação recente e não se deve à realização de grandes eventos. Nós temos uma experiência que vem, em termos de inteligência, desde os Jogos Pan-Americanos realizados no Rio de Janeiro, em



2007, quando nós colocamos em execução um modelo de inteligência concebido pelo País, que nós podemos considerar que foi bastante exitoso.

Esse modelo, como disse o General Elito, passou a priorizar cada vez mais a integração de todas as agências do Estado brasileiro voltadas para a inteligência, para a segurança e para a defesa. A partir desse momento, nós percebemos a importância de não abandonarmos a preocupação com a compartimentação, mas priorizarmos cada vez mais a preocupação (*falha na gravação*) com o compartilhamento de informações, com a integração com o trabalho interagências. Esse modelo vem sendo aprimorado e vem sendo aplicado com bastante eficiência, por ocasião da realização dos encontros de cúpulas promovidos pelas Relações Exteriores do Brasil, das reuniões de MERCOSUL, dos Jogos Mundiais Militares, da Rio+20, da Copa das Confederações, da Jornada Mundial da Juventude. Será cada vez mais aprimorado, bem como colocado em prática brevemente, na Copa do Mundo e nos Jogos Olímpicos de 2016.

Eu gostaria de lembrar também que nós costumamos dizer que a atividade de inteligência é a primeira linha de defesa do Estado brasileiro. Mas acho que, antecedendo o trabalho da inteligência nesse processo de assessoramento das decisões das autoridades brasileiras, está o papel fundamentalmente importante do Congresso Nacional na adequação do ordenamento jurídico brasileiro para que essa inteligência, essa segurança e essa defesa possam atuar em absoluta consonância com o ordenamento jurídico nacional e de maneira absolutamente compatível com as determinações legais vigentes no País.

Então, manifesto a minha esperança, o meu desejo de que este seminário contribua para que esse debate seja definitivamente colocado na pauta, na agenda nacional e traga os frutos necessários em termos de revisão desse ordenamento jurídico e da melhor condição de atuação da inteligência, da segurança e da defesa.

Já foi lembrada pelos que me antecederam a importância da disseminação de uma cultura nacional de segurança. A segurança, como já foi dito, não é uma responsabilidade exclusiva do Estado, das organizações de segurança, de defesa e de inteligência, é de todo o cidadão brasileiro. É de interesse de todos nós.

Há compromisso do Brasil relativamente à segurança internacional (*falha na gravação*) em função da adesão às resoluções da Organização das Nações Unidas,



mas há também necessidade de que toda a sociedade brasileira esteja imbuída da necessidade do desenvolvimento dessa cultura de segurança.

A propósito, eu menciono um episódio que ocorreu há pouco tempo, de que todos ainda se lembram. Refiro-me ao que aconteceu na Maratona de Boston recentemente. Os Estados Unidos, reconhecidos como um país que tem uma atividade de inteligência, de segurança e de defesa de alto nível, tiveram a infelicidade de não alcançar sucesso na eliminação desse risco, no mencionado caso. O atentado aconteceu. No entanto, houve demonstração de alta competência na identificação e na prisão dos responsáveis pelo atentado. Isso se deveu, além da competência das suas estruturas, à grande adesão e à contribuição da sociedade americana para que isso acontecesse dessa maneira. Os apelos que foram feitos para que a população não saísse às ruas foram atendidos. Houve colaboração quanto à remessa de imagens e filmes, foi feita a identificação, por um cidadão comum, em sua residência, de uma pessoa escondida dentro de um barco. Isso foi fundamental para o sucesso das instituições americanas na elucidação desse problema.

Então, eu entendo que debates como este, seminários como este, no interesse do Congresso Nacional, mas principalmente no interesse da sociedade brasileira, neste momento em que esses eventos têm um significado muito importante para todos nós, contribuem para a disseminação também dessa cultura de segurança no caso de todo cidadão brasileiro. Afinal de contas, segurança e defesa são de responsabilidade coletiva, de todos os integrantes da sociedade brasileira.

Portanto, mais uma vez, meus cumprimentos aos organizadores do evento. Meu agradecimento pela inserção da ABIN como palestrante nas atividades que serão desenvolvidas. Falará sobre o que estamos fazendo em relação a (*falha na gravação*) terrorismo. O meu desejo é de que, de fato, este evento traga os frutos necessários e possa sensibilizar todo cidadão brasileiro quanto a essa necessidade de contribuição para que o País seja eficiente nesse trabalho de assessoramento e de combate à repressão não somente ao terrorismo, mas a todas as ameaças. Trata-se de tudo aquilo que envolve inteligência, segurança e defesa neste País. Parabéns aos organizadores! Sucesso no evento!



Muito obrigado pela presença de todos os senhores, que nos prestigiam neste momento tão importante para todos nós. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR (Jeziel Carvalho) - Ouviremos agora o chefe em exercício da Divisão Antiterrorismo do Departamento de Polícia Federal, o Sr. Daniel Daher, que representa neste ato o Sr. Leandro Daiello, Diretor-Geral da Polícia Federal.

O SR. DANIEL DAHER - Bom dia a todos.

Inicialmente, em nome do nosso Diretor-Geral, o Dr. Leandro Daiello Coimbra, eu gostaria de cumprimentar os integrantes da Mesa, as autoridades civis, militares, religiosas, as senhoras e os senhores presentes.

Além de endossar o que já foi dito, e muito bem dito, pelos que me precederam, registro que a Polícia Federal, nesse contexto dos grandes eventos, encontra-se umbilicalmente conectada aos outros órgãos de segurança e defesa, no intuito de promover, em *ultima ratio*, a paz pública, que engloba os nossos cidadãos e os estrangeiros que passam pelo País.

A Polícia Federal, por meio de sua Diretoria de Inteligência Policial, há mais de 2 décadas realiza um trabalho de inteligência focado na prevenção ao terrorismo, através de sua Divisão Antiterrorismo, a DAT. O que se espera com eventos desta natureza é que deixemos, além de um sentimento de segurança coletivo, um legado para o País que transcenda os grandes eventos. Tudo o que se discute aqui hoje não se vai esgotar em sede de grandes eventos. Nós vamos deixar, com esta iniciativa e outras tantas, não só da Polícia Federal e dos outros órgãos que estão imbuídos da defesa e segurança no nosso País, um legado para a nossa população e para o futuro do nosso País.

Eu gostaria então de agradecer a todos pela presença. Ao longo do dia nós faremos novas intervenções, para detalhar nossa atuação e a parceria que mantemos com os outros órgãos aqui presentes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR (Jeziel Carvalho) - Informamos aos senhores que a tradução simultânea deste evento em português e espanhol estará disponível no canal 4.



Encerrada a Mesa de abertura, pedimos às autoridades presentes que se acomodem na primeira fila do auditório, para o início da Mesa com o tema *O Terrorismo do Século 21 e a Democracia*, que será moderada pelo Sr. Deputado Walter Feldman.

Tenham todos um bom evento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) - Senhoras e senhores, nós vamos esperar alguns instantes, até que aqueles que se deslocaram em razão da reorganização da primeira Mesa possam se sentar nas cadeiras do plenário, então chamaremos os componentes deste primeiro painel, que abre o debate do Seminário *Terrorismo e Grandes Eventos*. *(Pausa.)*

Senhoras e senhores, eu novamente queria cumprimentar todos os senhores representantes do corpo diplomático aqui presentes, as demais autoridades convidadas e os Srs. Parlamentares, Deputados e Senadores, que muito contribuíram para a realização deste seminário. E agradeço a presença de V.Exas., de todos os membros da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão Mista de Inteligência.

Nós vamos tratar neste painel do tema *O Terrorismo do Século 21 e a Democracia*.

Todos têm acompanhado nos últimos meses, nas últimas semanas, o debate sobre a questão da espionagem, as denúncias, aquilo que veio à tona sobre como se investiga, de maneira consistente, ampliada e muitas vezes extrapolada do ponto de vista dos direitos do cidadão. Este tem sido um tema permanente e polêmico na imprensa internacional e, evidentemente, tem tudo a ver, em primeira medida, com os sistemas de combate, de informação e de inteligência relativos ao terrorismo. Por conta disso, o tema do nosso primeiro painel é *O Terrorismo do Século 21 e a Democracia*.

Para compor a Mesa, convidamos a Sra. Andrea Lodeiro, especialista em terrorismo, inteligência e defesa e diretora do projeto chileno de inteligência. *Bienvenida!*

Queremos convidar também o Sr. Marcelo Falak, cientista político especialista em relações internacionais e editor do jornal argentino *Ámbito Financiero*.



E, para completar o nosso painel, convido para compor a Mesa o Sr. André Luís Woloszyn, especialista em segurança, defesa e inteligência e analista de assuntos estratégicos.

Informo que cada palestrante terá 20 minutos para proferir a sua palestra. Ao final das apresentações, franquearemos a palavra aos senhores membros do plenário. Infelizmente, dado o tempo controlado — ainda teremos dois painéis no período da tarde —, só poderão ser feitas perguntas por escrito. Nós as selecionaremos e entregaremos aos nossos painelistas, para que possam respondê-las. Esperamos poder responder a todas.

Lembro ainda que este seminário está sendo transmitido em tempo real pela Internet, por meio da ferramenta de interação social denominada e-Democracia. Os internautas também poderão acessar o seminário em ambiente virtual especialmente criado para este seminário e encaminhar aos painelistas as suas perguntas, que serão respondidas na medida do possível. Eu peço aos que estão nos ouvindo que acessem o seguinte endereço eletrônico: www.edemocracia.camara.gov.br.

Passo a palavra à Sra. Andrea Lodeiro, que dispõe de 20 minutos para a sua exposição.

A SRA. ANDREA LODEIRO - Bom dia. É um prazer estar aqui compartilhando com vocês algumas reflexões e algumas ideias sobre o fenômeno do terrorismo, as condutas terroristas e o pensamento terrorista.

Eu vou falar um pouco sobre um fenômeno mais ou menos recente e que tem a ver com as características do terrorismo no uso da Internet. E muito além do tema terrorismo, a verdade é que existe um complexo cenário que não somente tem a ver com os ataques cibernéticos às plataformas e à infraestrutura de informação, mas existe também um comportamento dos grupos e das organizações que é preocupante e que eu acredito que é necessário tratarmos também, do ponto de vista da tipificação do terrorismo, principalmente neste momento em que muitos países estão tentando buscar uma definição a mais abrangente possível para um termo ou para um tema que é multiforme e multidimensional.

(Segue-se exibição de imagens.)

Ao falar do conceito de terrorismo multiforme e multidimensional, quero lembrar o caso do atentado terrorista de Mumbai. Vocês podem vê-lo — aí está a



sincronização que houve nesse minuto. Mas o que foi noticiado em 2008 com relação a esse tema foi o fato de que se detectou, ou se descobriu, que esse grupo havia trabalhado, por exemplo, com fotos sofisticadas obtidas através do Google Earth, havia usado um Blackberry para informar-se da reação policial e internacional através da Internet e havia usado o *e-mail* para comunicar aos meios de comunicação a atribuição dos atentados. Assim, conseguiram alcançar um nível de ataque de uma perfeição que antes não tínhamos visto.

Aí está a foto tirada de satélite de Mumbai, obtida através do Google Earth. Eles utilizaram GPS, ou seja, são usuários de Internet como nós. Então fomos surpreendidos.

Muitas vezes me ocorre que eu quase não lembro quando apareceu o Youtube, por exemplo, ou quando apareceu o Facebook. Inclusive parece que eu tive todo o tempo com essa tecnologia, que nasci com ela. E não é bem assim.

Vejamos. Aqui há uma linha do tempo em que podemos ver o que ocorre na Internet, como é o nosso grau de conectividade.

Nasce o Google em 1998, mais ou menos, e lança o serviço de busca de imagens, que é um serviço muito interessante, porque assim a pessoa pode ter outro tipo de interface com o computador.

Em 2004, recentemente, são lançados o Google Maps e o Gmail. Já havia acontecido o atentado às torres gêmeas. Portanto, talvez o nível de ferramentas de que se dispõe hoje em dia seja muito mais potente, muito mais sofisticado para calcular ou planejar outro tipo de atentado.

Em 2005 aparece o Google Earth, e já vemos o que acontece no atentado em Mumbai em nível de sofisticação.

Temos o Twitter em 2006, que chegou a alcançar 65 milhões de tuítes por dia.

O Facebook nasce entre 2006 e 2007.

Em 2010, aparece o Google Street no Brasil. Não sei se vocês usam essa ferramenta para chegar a algum lugar ou fazer um reconhecimento antes de chegar a algum lugar.

Em 2007, claro, surge o Youtube, uma ferramenta muito importante hoje em dia para nós. Lembremos que o grupo Anonymous ficou muito conhecido, se fez



muito popular, ao lançar suas ameaças através do Youtube, que é uma plataforma que recebe, nada mais, nada menos, que com 100 horas de vídeo por minuto. Isto é o que surge a cada minuto: 100 horas de vídeo.

E há ainda o Project Glass, que ainda não temos, mas que chegará e ao qual daremos usos diferentes.

Aqui estou eu, fazendo um reconhecimento de Brasília antes de chegar. Eu não conhecia Brasília, mas a conheci através do Google Street View.

Eu quero que os senhores tenham essa noção, para contextualizar um pouco quais são as ferramentas que temos, como nos comunicamos virtualmente e como somos usuários.

Esta é uma foto que eu consegui através de uma conta de Facebook associada ao Sendero Luminoso. A informação está aberta, qualquer pessoa consegue acessá-la. Eu posso ser amiga do grupo PCP-BMR, eu posso associar-me a ele, posso compartilhar pontos de vista.

A notícia desta página Web, desta plataforma, desta conta de Facebook, apareceu há muito pouco tempo, creio que há 2 ou 3 semanas. No Peru foi notícia, é claro, mas não encerraram a conta, eu a visitei há 2 dias. Essa conta segue vigente, segue aberta a todo o público.

E isto é o que grupos terroristas enviaram como mensagem através de sua conta do Twitter.

Bem, este é o contexto em que vivemos, é o cenário que nós temos: um cenário em que o terrorismo convive em uma dimensão informacional, ou uma dimensão cibernética. Quando tratamos os temas da legislação, o tema judicial de como abordar esse problema, do ponto de vista antiterrorista, do ponto de vista da segurança, vemos que a situação é muito complexa. Muito complexa.

As Nações Unidas há pouco tempo lançaram um documento sobre o uso da Internet pelo terrorismo, o qual faz um extenso relato sobre todas as ferramentas que estão sendo utilizadas pelos grupos terroristas na Internet, como Twitter, Facebook, plataformas de rede social. Ele diz que a Internet está ajudando os terroristas a planejar, a organizar e a coordenar atentados terroristas, que a Internet está ajudando o terrorismo a se financiar, através de negócios *on-line*, de pirataria, de obtenção de dinheiro por meios lícitos, como, por exemplo, doações, isto é, diz



que esse tipo de logística e de apoio está contribuindo para propagar as ideologias e as ideias que estão por trás da crença de que o terror tem um valor positivo a fim de obter resultados para a sua causa.

E, bem, dentro desse cenário, o que podemos fazer? O que podemos fazer do ponto de vista da segurança?

A União Europeia, por exemplo, o que tem feito é propagar, é insistir com os Estados-membros em que estabeleçam leis que contribuam para controlar de certa forma a propagação do terrorismo através da Internet, de modo a diminuir esse tipo de conduta. Mas isso é muito difícil, porque com a Internet pode-se estar em um local muito distante e distribuir informações sobre lugares que estão no outro extremo do mundo. Tudo isso é muito complexo.

As Nações Unidas também dizem que os organismos de segurança nos Estados podem aproveitar essa situação para, por exemplo, participar dos fóruns em que são compartilhadas informações sobre as ideias mais radicais, o que também está perfeito. Pode ser feita uma boa coleta de inteligência nas redes sociais e através da Internet. Já existem contas no Youtube que desenvolveram todo um sistema de propaganda através de vídeos aos quais tem acesso todo o mundo, absolutamente todo o mundo. As Nações Unidas dizem, portanto, que devemos tratar de estimular a própria comunidade a ajudar a controlar a proliferação do terrorismo nas redes sociais.

Do ponto de vista judicial, enquanto nós estamos discutindo um conceito de terrorismo que seja amplo, compreensível e suficientemente preciso, para podermos estabelecer sanções penais, as organizações estão ocupando todas essas ferramentas, e, se nós não abarcamos todas essas dimensões, é muito provável que exista muito mais criatividade, que o conceito de terrorismo seja muito maior.

Do meu ponto de vista, muito pessoal, muito próximo ao tema da inteligência — eu tenho uma revista de inteligência —, eu às vezes agradeço o fato de que existam informações para podermos compreender o alcance da ameaça. Não sei se os senhores veem assim, mas eu vejo que a informação agora está disponível, e ela é uma informação recente, uma informação que existe não faz muito tempo. Portanto, quando eu vejo serem discutidas legislações que têm a finalidade de censurar a Internet, de controlar a informação, eu me preocupo.



Bem, meu convite é para refletirmos sobre esses novos fatores para podermos aterrissar sobre as diferentes variáveis que significam a nossa sociedade de informação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) - Agradeço muito à Sra. Andrea Lodeiro, que deu aqui a sua contribuição, e imediatamente passo a palavra ao Sr. Marcelo Falak, que também disporá do tempo de 20 minutos.

O SR. MARCELO FALAK - (*Exposição em espanhol. Tradução simultânea.*)
Antes de mais nada, muito obrigado aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores pelo convite.

Provavelmente, muitos de vocês, ou alguns, pensem que os argentinos são um pouco convencidos. Talvez tenham razão, um pouco. Um dos motivos desse certo convencimento é a certeza que tínhamos de que o nosso país era um país de paz, que estávamos alheios ao fenômeno do terrorismo internacional. Tínhamos grandes comunidades judaicas e árabes que conviviam sem dificuldade, e imaginávamos que isso nos deixava a salvo desse fenômeno.

Então tivemos, entre tantos golpes políticos e econômicos, também um golpe em nossa autoestima nesse sentido, e não somente um, mas dois, em muito pouco tempo, somente em 2 anos, entre 1992 e 1994.

Esta convocatória tem a ver com o terrorismo no século XXI, e, infelizmente, a Argentina segue tratando, por falta de esclarecimento, os ressaibos dos atentados terroristas do final do século XX. Nesse sentido, são presentes as palavras dos Deputados Feldman e Pellegrino com relação ao fato de que o Brasil não deve se sentir alheio à possibilidade de sofrer atentados em razão de ser uma democracia emergente, um país que exerce uma diplomacia amigável, amistosa, no que diz respeito à autodeterminação dos povos. Ninguém está isento disso.

Nos tempos atuais, o terrorismo está muito presente e é obra às vezes difícil de detectar, como nos casos, por exemplo, da Al-Qaeda, que remetem a fatos que podem ser definidos como algo em que não há um poder centralizado que determina os atentados. Mas foi diferente a situação na Argentina, em 1992 e em 1994.

Devemos dizer que quando foram detonados os explosivos, a falta de preparação da Argentina era absoluta, total. A questão do terrorismo internacional



não fazia parte sequer da agenda de inteligência. A força de segurança não tinha capacidade investigativa desenvolvida para atuar com o fenômeno. Não existia protocolo nem sequer um sistema de saúde para atuar com as consequências dos atentados.

Vocês ainda podem lembrar das imagens de jornalistas transmitindo notícias sobre os escombros, pessoas comuns participando, ajudando no resgate, o que é algo muito importante do ponto de vista humanitário, mas, do ponto de vista do resgate, pela falta de experiência, é algo que deve ser considerado. Enfim, foi um desastre. E nós seguimos lidando com as consequências daquele fato.

De qualquer forma, devo dizer que tive oportunidade de conversar com fontes oficiais e não oficiais da Argentina. O consenso é que hoje a Argentina está muito mais bem preparada em termos de segurança, de inteligência, de cooperação com os países da região e também de outros lugares do mundo para atuar com as ameaçadas terroristas.

Isso não significa que a Argentina não tenha problemas que deva resolver de uma forma urgente. Um desses problemas, um dos mais importantes para mim, tem a ver com atos presentes na Argentina com relação à confiança e ao aparato da inteligência argentina e de outros países. Posso citar dois: um foi produzido no fim do ano 2000, quando um jornal de Buenos Aires publicou uma foto da estação da CIA em Buenos Aires. Foi um fato que provocou um problema nas relações, inclusive com os Estados Unidos, em termos políticos, com relação a intercâmbio de informações com agências estadunidenses, que ficaram paradas por, pelo menos, 2 anos.

Um segundo episódio teve a ver — e vocês devem se lembrar, porque é muito mais recente; ocorreu em fevereiro de 2011 — com materiais que vinham em um avião do exército dos Estados Unidos para um trabalho que estava sendo realizado de treinamento militar. Isso trouxe uma situação muito problemática para a Argentina. O material continha alguns códigos e algumas senhas, por exemplo.

De qualquer forma, muito mais além desses problemas que ocorreram e que eu não podia deixar de mencionar neste momento e também com relação a todos esses fatos que podem ocorrer com relação aos atentados e para poder transmitir aqui o estado mais atual do nosso país, não foram traduzidas essas dificuldades em



um fluxo de informação importante e de qualidade em matéria de inteligência. E aqui há representantes de várias embaixadas, então, obviamente, devemos mencionar vários fatos que estão ocorrendo no nosso país. Digo que não foram registradas diminuições no fluxo de inteligência que depois devem ser transformadas em provas judiciais, porque as informações dizem que há, evidentemente, várias informações que devem ser mencionadas aqui.

Eu falava de melhorias. Elas têm muito a ver com tecnologia, e a Argentina foi muito agressiva na incorporação de tecnologia para o trabalho de inteligência e prevenção de futuros atentados, como o controle migratório.

Hoje, então, o controle migratório tem um processo informatizado, em 80% do espaço fronteiriço, o que é um enorme avanço em relação à situação anterior. Sabe-se o que ocorre em cada um dos espaços em tempo real. São consultadas bases de dados que são unificadas em matéria de alertas e capturas. Também começaram a ser capacitados os funcionários de imigração e avançou-se na aplicação da identificação biométrica, que qualquer um de vocês que viaja hoje à Argentina vai encontrar em todos os portos e aeroportos do país. Claro, isso é impossível de ser aplicado nas fronteiras. A Argentina não é um país tão grande como o Brasil, mas é sim um país grande; tem uma fronteira de 9.300 quilômetros. E o intercâmbio da população nas fronteiras é permanente e muito intenso.

Nesse sentido, o que pode ser feito é estabelecer patrulhas móveis, reforçar a inteligência e avançar como foi feito na cooperação com o Brasil e com todos os vizinhos, para reforçar os trabalhos nas cidades localizadas nos dois lados dessas fronteiras, para poder identificar a população mediante a utilização de um passe de trânsito. E há matéria tecnológica e muitos trabalhos sendo realizados para acelerar essa questão que tem a ver com a organização do espaço aéreo.

Essa é uma tarefa realmente que está sendo realizada de uma forma demorada, mas hoje o território argentino está coberto pelo que chamamos de radares secundários, que são os radares para o uso civil. O problema é que esses radares secundários identificam aviões que querem ser identificados, e não aqueles que não querem ser. Por isso, é necessário avançar com a instalação de radares primários. Está tomada a decisão política, os recursos estão previstos no orçamento,



está disponível a tecnologia, a partir da empresa estatal, e há a promessa de que isso vai ser realizado nos próximos anos.

Por que falo de controle migratório? A partir daqui vamos entrar propriamente no tema proposto.

Segundo as investigações e as pesquisas que estão sendo realizadas, grande parte dos atentados e o ingresso dos terroristas na Argentina estão sendo realizados através da tríplice fronteira, em Foz do Iguaçu. Foi apresentado um relatório de 500 páginas, que diz que não deve ser visto como uma foto, como um momento único, mas como parte de uma engrenagem que inclui toda a América Latina na ameaça do terrorismo.

A partir desse ponto eu quero ser muito claro, porque o que vou transmitir a vocês é simplesmente uma informação do que surge, das causas, sem entrar em valorações pessoais. Então, esse é um interesse que pode ficar para uma etapa de perguntas, porque várias pessoas podem querer fazer perguntas a respeito desse tema.

A percepção na Argentina com relação ao trabalho de imigração, particularmente falando da tríplice fronteira, é algo muito positivo, e o Brasil conhece perfeitamente o que acontece com relação a essa fronteira. Porém, nem tudo vai ser um elogio. Eu quero dizer que existe certa surpresa com relação ao fato de que não é a Polícia Federal que controla absolutamente todos os postos de controle migratório no Brasil, simplesmente porque essa é uma situação que é diferente na Argentina. A Direção Nacional de Migração foi avançando nesse sentido, e eu antecipo para vocês que, nos próximos meses, ela vai terminar de avançar e controlar os postos migratórios de fronteira. Isso, no caso do Brasil, eu sei que é uma situação que mudou, faz alguns anos, e que, de alguma forma, persiste em alguns pontos e é vista como uma cessão de soberania para algumas empresas privadas, que contratam alguns funcionários cuja qualificação pode levantar dúvidas em algumas pessoas.

Falando pontualmente das causas, vamos passar primeiro, rapidamente, pelas causas do atentado à embaixada de Israel, simplesmente porque é uma causa que está congelada, paralisada, sem novidades e sem indícios sequer de uma possível apreciação pela Justiça.



Como contexto, digamos que a Argentina tem a comunidade judaica mais numerosa da América Latina, com uma 200 mil pessoas, segundo os últimos cálculos, e a quinta mais importantes do mundo.

O atentado à embaixada de Israel em Buenos Aires ocorreu em 17 de março de 1992 e deixou 29 mortos, a maioria argentinos, alguns diplomatas israelenses, também cidadãos paraguaios, uruguaios, bolivianos, cinco pessoas que não foram identificadas e mais de 240 feridos. Foi confirmado que o ataque foi produzido por um terrorista suicida, com uma caminhonete-bomba. E a investigação sempre esteve nas mãos da Corte Suprema argentina, que, em todos esses anos, passou por muitos problemas políticos, diferentes formações, crise nas suas relações com o Poder Executivo, e tudo isso, evidentemente, foi impactando negativamente a investigação. E a hipótese com que trabalha a Corte Suprema argentina na investigação sobre esse atentado é a de que se tratou de uma represália ao assassinato, no sul do Líbano, do então Secretário-Geral do Hezbollah Sayyed Abbas al-Moussawi, em 16 de fevereiro de 1992, por militares israelenses, em ataque com helicópteros. E, desde então, como eu disse, não há avanços nessa causa.

Passamos para o tema AMIA, sobre o que temos muito mais que falar. E eu quero aqui enfatizar o caráter informativo dessa exposição e que surge da causa que está em trâmite na Justiça argentina.

Esse atentado, o pior da história da Argentina, deixou 85 mortos e uns 300 feridos, em 18 julho de 1994. E eu posso garantir a vocês que continua sendo algo muito importante na sociedade argentina, que considera não um atentado contra a comunidade judia ou contra o Estado de Israel, mas sim contra todo o corpo social, o que, evidentemente, dentro da tragédia e da insatisfação do desejo de realização da justiça, não deixa de ser pelo menos uma realidade reconfortante.

Antes de mais nada, eu devo dizer que esse caso esteve repleto de irregularidades. Não sei quantos de vocês souberam dessas irregularidades, que são verdadeiramente assombrosas e vergonhosas. Eu vou mencionar duas: uma tem a ver com o desaparecimento de fitas de áudio importantes de interceptações telefônicas, que supostamente continham informações valiosas para a causa. O que se alegou, a partir da estrutura de inteligência da época, foi que essas fitas, por



razões de orçamento, foram reutilizadas e foi gravado em cima um novo material de inteligência de outros temas, evidentemente algo absolutamente muito danoso para a investigação.

Mais surpreendente que isso provavelmente foi ter ficado registrado em um vídeo clandestino, feito no próprio juizado que tinha a causa naquele momento, o pagamento de 400 mil dólares provenientes de fundos secretos de inteligência a um homem acusado de ter vendido a caminhonete-bomba utilizada no atentado. A ideia era de que, na troca desse dinheiro, esse acusado incriminasse um grupo de policiais que, claro, foram finalmente liberados pela Justiça argentina e que hoje solicitam indenizações ao Estado nacional.

O resultado de tudo isso foi que fizeram júízo oral: o juiz daquele momento, o ex-presidente Carlos Menem, o ex-titular da Secretaria de Inteligência do Estado e, claro, o ex-presidente da Delegação de Associações Israelitas Argentinas, a DAIA, representante político da comunidade judia daquele momento, isso para mostrar a vocês tudo o que aconteceu nessa verdadeira onda expansiva que não fez nada mais do que incrementar os danos ao atentado, como se fosse uma segunda bomba que explodiu na sociedade argentina.

A causa traz então algo dramático que pode ser reconhecido em todas as partes pelos investigadores e pelos diferentes setores na Argentina, com a presidência, que, por todos os canais institucionais correspondentes da instituição, cria uma unidade fiscal especial para a investigação do atentado, que ficou a cargo do Promotor Alberto Nisman, como eu disse anteriormente.

A hipótese levantada por Alberto Nisman aponta diretamente para o regime iraniano. A hipótese que levou ao mais alto nível do regime foi de ação como represália pela suspensão por parte da Argentina de acordo vigente com o Irã em matéria de transferência de tecnologia nuclear, em virtude do alinhamento da Argentina com a política nos Estados Unidos nos tempos de Carlos Menem. Essa é a hipótese em investigação na causa atualmente.

A exemplo do Promotor Nisman, em 2007, o novo juiz da causa, Rodolfo Canicoba Corral, emitiu uma série de circulares vermelhas através da Interpol para a captura de um cidadão libanês e cinco iranianos. Essa é a situação que quis



mostrar. Se alguém tiver interesse em informações mais detalhadas, eu posso depois mostrar.

Assim, foram aprovados os seguintes pontos: em primeiro lugar, houve uma reunião do alto escalão, dirigida pelo líder supremo Ali Khamenei, em 14 de agosto de 1993, na qual o atentado foi decidido, segundo o Promotor Nisman, insisto. E surgem numerosos testemunhos, inclusive de altos membros da inteligência iraniana, no sentido de que várias pessoas foram embora de seu país e hoje estão refugiados na Alemanha.

Em segundo lugar, a causa do atentado foi o não cumprimento desses contratos por parte da Argentina.

Em terceiro lugar, o atentado foi perpetrado através da ação do terrorista suicida de nome Ibrahim Hussein Berro, militante do Hezbollah, e da explosão de uma caminhonete-bomba.

E, por último, também segundo o Promotor Nisman, a entrada dos acusados de perpetrar a parte operacional do atentado atribuído ao *Hezbollah*, a partir de uma decisão política do governo do Irã, segundo esse promotor, foi através da tríplice fronteira, e o Brasil, nesse sentido, foi sede das preparações do atentado.

Obviamente, o governo iraniano sempre negou essas acusações. Isso gerou muito problema. Os governos, então, de Néstor Kirchner e de Cristina Kirchner fizeram repetidos questionamentos à República Islâmica nas edições anuais da Assembleia das Nações Unidas, para conseguir cooperação nesse sentido.

Foi aberta uma janela de negociações que culminou com o memorando bilateral de entendimento que assinaram os dois governos na capital da Etiópia, Adis Abeba, em 27 de janeiro último, e que permite basicamente duas coisas. Por um lado, que o Irã aceite que se interroguem, em Teerã, as pessoas que estão neste momento na circular vermelha da Interpol e que assim seja criada uma Comissão da Verdade composta por juristas de prestígio internacional — isso é o que diz o memorando —, com capacidade para avaliar a causa argentina e para realizar recomendações às partes.

A comunidade judaica, através das suas instituições, reagiu negativamente à assinatura desse memorando, e se fizeram muitas especulações sobre por que o governo, que antes reconheciam que tinha realizado avanços importantes no caso



AMIA, dava agora esse passo tão polêmico. Mas o certo é que o Governo argentino disse duas coisas: uma que a Comissão da Verdade não tem faculdades vinculantes, assim só pode ter faculdades consultivas; e, mais importante que isso, que a declaração dos acusados vai ter caráter técnico de declaração indagatória.

O que significa isso? A declaração indagatória, segundo o sistema argentino, é o último passo necessário, imprescindível, antes da entrega de uma causa ao sistema judicial. Sem esse passo, não se pode levar a juízo o caso AMIA, o que busca o governo argentino.

A aplicação desse memorando tem algo que é muito importante: é que o Promotor Nisman se declara disposto a viajar a Teerã para cumprir essas diligências. Há uma solicitação de sua captura no Irã, justamente por ter promovido a captura, através da Interpol, de cidadãos iranianos. E, por outro lado, na Argentina, causou decepção perante o governo argentino o fato de que o memorando, que no país foi ratificado pelo Congresso, no Irã o tenha sido por decreto do Presidente Mahmoud Ahmadinejad.

É certo que o memorando não diz que tem que passar pelo Parlamento, mas sim que tem que ser ratificado pelas autoridades competentes de cada país. Mas o governo de Ahmadinejad inicialmente o havia enviado ao Parlamento iraniano e, aparentemente, por falta de consenso o retirou de lá e o ratificou por decreto. Então, hoje, a chancelaria argentina espera o novo Presidente, Hassan Rohani, para ver se é possível avançar com relação a esse tema.

Qual o motivo que alega a chancelaria argentina para ter assinado esse memorando? A Argentina estava ingressando como membro rotativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Irã se encontrava sob forte pressão do Ocidente por seu plano nuclear. O Irã tinha necessidade de fortalecer laços com a maior quantidade possível de países. E a Argentina, a partir do ingresso temporário no Conselho de Segurança da ONU, podia ser um ator interessante para a República Islâmica. Então, a partir disso abriu-se uma janela de oportunidades para conseguir alcançar algum tipo de concessão que pudesse gerar a chance de tomar declarações indagatórias e, finalmente, levar a causa a juízo, depois de mais de 20 anos. Isso é que foi visto pela chancelaria.



O certo é que — e assim vou finalizando, agradecendo a paciência e a atenção de todos — todo esse processo de negociação entre Argentina e Irã surge através de uma negociação de Cristina Kirchner, em 2010, na qual apresenta como proposta a realização de um júízo num terceiro país.

Lembremos o atentado ao avião da PanAm, com 270 mortos, na Escócia, em 1978, que termina, justamente, a partir de um acordo com o regime de Muammar Kadhafi, com um júízo na Holanda, realizado entre 2000 e 2002, e que acabou com um pagamento multimilionário por parte do governo líbio.

Mas esse memorando não avançou no sentido de um júízo em um terceiro país. Durante o processo de negociação se falou da possibilidade de realizá-lo na Turquia, na Jordânia, mas, finalmente, isso não se materializou no texto.

Para concluir, o memorando dizia que a Argentina — e isso é parte do dia a dia, em tarefas difíceis como as tarefas de inteligência, as tarefas de prevenção de delitos tão complexos — tem dificuldades, avançou muito nessa matéria, coopera, segundo a visão das autoridades argentinas, de uma forma muito satisfatória, principalmente com os seus pares, na região. Avançou com relação à matéria tecnológica e à matéria de controle migratório. Mas a certeza é a de que o esclarecimento da causa e realização da justiça são muito importantes para impedir o que é uma sombra para a Argentina, que é a possibilidade de um terceiro atentado. Pelo menos em curto prazo, isso continua como uma dívida, algo que deve ser muito trabalhado pela sociedade argentina.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) - Agradeço ao Sr. Marcelo Falak a contribuição, ao trazer a experiência de uma nação vizinha, de certa forma, com a presença brasileira, na medida em que espaço do Brasil foi utilizado para o atentado.

Passo a palavra imediatamente ao Sr. André Luís Woloszyn, analista de assuntos estratégicos e especialista em segurança, defesa e inteligência.

O SR. ANDRÉ LUÍS WOLOSZYN - Inicialmente farei uma contextualização sobre os aspectos gerais do terrorismo.

De fato, não existe, nas organizações internacionais, um conceito único sobre o que vem a ser a expressão “terrorismo”, em razão até da complexidade do tema,



dos aspectos criminais da legislação especial que cada país possui e, também, principalmente, pela cultura do país em relação ao terrorismo — e cultura aqui se refere aos atentados que ocorreram nesses países. Mas em todas as definições nós temos palavras-chaves. Assim, podemos arriscar e conceituar o terrorismo, de uma forma geral, como sendo ações violentas praticadas por grupos ou pessoas com o objetivo de intimidar a população, ou segmentos da sociedade, e coagir o Governo.

Existem, na classificação internacional, três tipos de terrorismo: o terrorismo internacional, perpetrado por pessoas de diversas nacionalidades em território alheio — os maiores exemplos são os atentados do 11 de setembro, os atentados de Londres, Madri e outros que ocorreram na década passada —; o terrorismo nacional ou doméstico, em que os cidadãos praticam ações violentas contra sua própria sociedade, sua própria população e seu próprio território — e nós temos exemplos marcantes e históricos: em 1995, o atentado de Oklahoma, perpetrado por Timothy McVeigh, e, em 2011, o atentado da Ilha de Utoya, na Noruega, cometido por Anders Breivik —; e terrorismo de Estado, ações violentas praticadas pelo Estado contra sua própria população, no intuito de manter controle sobre a opinião pública no país.

Para podermos começar a trabalhar a questão da evolução do terrorismo no século XXI, vamos entender o terrorismo quanto aos tipos. Eles são classificados de acordo com a motivação.

Então, o terrorismo de guerra diz respeito a ações amplas de sabotagem, assassinato de líderes, sequestro de militares, com o objetivo de fracionar as tropas e criar um abalo psicológico no efetivo que se encontra no teatro de operações, bem como naquele que ainda não foi para o teatro de operações, mas fica sabendo pela imprensa do que está ocorrendo.

O terrorismo cultural se caracteriza principalmente pela perseguição a etnias fragilizadas. Menciono alguns conflitos na África, a Guerra da Bósnia, grandes problemas com as correntes do islamismo, sunitas e xiitas.

Finalmente, o terrorismo religioso, que é caracterizado especialmente pela intolerância a outras religiões. Um exemplo histórico ocorreu na Irlanda, entre protestantes e católicos. Hoje, na Síria, há perseguição a cristãos.



Com o advento das novas tecnologias, surgiram, a partir de 2008, mais dois tipos de terrorismo, o ciberterrorismo e o bioterrorismo. O ciberterrorismo é objeto de grande preocupação das autoridades governamentais e internacionais, em razão da constante dependência que nós todos temos dos sistemas de redes. Um ataque do ciberterrorismo, diferentemente do ataque de *hackers* — são coisas distintas —, paralisa uma cidade. Refiro-me a transporte aéreo, todas as redes, sistema de energia elétrica, de comunicações, metrô.

Em relação ao bioterrorismo, há o bacteriológico e o biológico. Representa também uma grande preocupação para as autoridades, porque, além de causar grande número de mortes, de vítimas, é relativamente mais econômico, se comparado ao uso de armas tradicionais.

Uma das características dos atentados, como foi dito aqui *en passant*, é a imprevisibilidade. Eles ocorrem sem aviso prévio. Sendo assim, as pessoas criam um sentimento de pavor, por causa da sensação de vulnerabilidade permanente que passam a ter. Na realidade, o ato terrorista, ao envolver qualquer tipo de população, qualquer pessoa pode ser um alvo, qualquer instalação física pode ser um alvo. Ele cria um sentimento de pânico. As pessoas temem ser a próxima vítima.

Há o caráter de anomia. O terrorista age baseado em princípios pessoais que ele acredita serem legais. Sente indiferença quanto aos valores da sociedade, do país em que ele pratica o ato. Há um caráter de anomia completa. Ele não se preocupa com os valores daquela sociedade em que ele está praticando o ato.

Feita essa rápida introdução, abordo o terrorismo no século XXI. A primeira década do século XXI é considerada a década do terror, cujo marco inicial foram os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos, praticados pela rede terrorista Al-Qaeda, de Osama Bin Laden.

Após esses atentados, ocorreram dezenas de outros, que nós citamos particularmente porque sua divulgação na mídia foi bastante intensa. Em 2002, houve o atentado de Bali, na Indonésia, e o que ocorreu num teatro em Moscou, na Rússia. Em 2003, o atentado em Bagdá que vitimou o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello. Em 2004, os atentados em trens de Madri e em escola em Beslan, na Rússia. Em 2005, houve atentado em Londres. Em 2007, atentado em trens em



Nova Delhi. Em 2008, no Hotel Marriott, em Islamabad, no Paquistão, e na zona urbana de Mumbai, na Índia. Em 2010, atentados em trens em Moscou.

Na década passada, a maior preocupação das autoridades foi com relação ao extremismo islâmico, porque ele havia modificado suas táticas empregadas na década de 1990 e passou a atingir alvos prioritariamente civis, em razão principalmente da cobertura da imprensa. Eles acabavam se favorecendo porque a imprensa divulgava as ações do grupo terrorista e sua ideologia.

Em 2003, o então Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, baseado na tese de defesa preventiva, assinou o Patriot Act, que acabou levando o país a liderar uma força de coalizão que invadiu o Iraque. Foram paulatinamente intensificadas as operações militares de inteligência no Afeganistão enquanto ocorria a caçada a Osama Bin Laden.

O que aconteceu nessa década? As agências de inteligência se multiplicaram, principalmente no que diz respeito à inteligência de sinais — durante 2003 foi modernizado o Sistema Echelon, de inteligência de sinais —, e passaram a adotar um modelo de monitoramento e vigilância global, do que nós temos algumas notícias ultimamente.

Nessa década, existiu uma grande polêmica sobre os direitos humanos. Nós vimos aquelas questões relacionadas a tortura na prisão de Abu Ghraib, no Iraque. Muitas lideranças da rede Al-Qaeda foram eliminadas, outras foram presas e estão em Guantánamo, em Cuba — Abu Ghraib já foi fechada. A maior polêmica era quanto à livre circulação, com o recrudescimento dos mecanismos de vigilância global, especialmente dos países da Europa, e quanto à privacidade das comunicações, com os sistemas de monitoramento global.

Esse é o panorama da década passada.

Como está o problema hoje? Os relatórios de 2010 a 2013 apontam que a rede terrorista Al-Qaeda praticamente já não tem mais a capacidade que tinha na década passada para montar e perpetrar grandes atentados. Isso também se deve à incapacidade de Ayman Al-Zawahiri, o número 1 na liderança e coordenação desses diversos grupos, diante do recrudescimento da segurança e, principalmente, das ações da CIA e do Pentágono no Afeganistão e no Paquistão, que acabaram



reduzindo as lideranças da Al-Qaeda. Essa rede, hoje, está enfraquecida como grupo. O que aconteceu? Os integrantes se dividiram em diversas células.

Passou a ocorrer o terrorismo do tipo “lobo solitário”, praticado por indivíduos que, na maioria das vezes, não têm nenhum contato com qualquer grupo terrorista, não conhecem nada sobre grupo terrorista, mas têm ideologia. Resolvem então praticar atos de terrorismo contra alvos pontuais, devido à questão da segurança. Esse é o grande problema hoje.

Eu não sou muito bom em números, mas, para os senhores terem uma ideia, digo que o Relatório Global de 2010 apresentou os seguintes dados: em 2010, houve 13.186 atentados terroristas no mundo, com 11.604 mortes; em 2009, 15.310 atentados, com 10.969 mortes; e, em 2008, 15.708 atentados, com 11.662 mortes. No ano de 2013, até o momento, 65% das ações terroristas foram regionalizadas, no Iraque, no Afeganistão e no Paquistão.

No Brasil, existem muitas vulnerabilidades, dentro desse contexto que nós vimos do terrorismo, dos vários tipos e do panorama atual. Existem imensas vulnerabilidades. A maior delas é a geográfica. Nós temos 17,8 mil quilômetros de fronteiras terrestres e 7,8 mil quilômetros de mar. A dificuldade para manter o controle é imensa. Nós temos 11 tríplexes fronteiras. Só pensamos nas fronteiras com o Uruguai, a Argentina e o Paraguai, mas temos 11 tríplexes fronteiras.

No que se refere à questão tecnológica, nós temos grande vulnerabilidade em nossos sistemas, nos sistemas *on-line*. Recentemente, começamos a montar um centro de defesa cibernética, o que representará, acreditamos, um avanço muito grande para a prevenção.

No Brasil, há um paradoxo relativo à legislação. O art. 4º da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, repudia o terrorismo, e o art. 5º o considera crime inafiançável, portanto insusceptível de graça ou anistia.

A Lei de Crimes Hediondos, a Lei nº 8.072, de 1990, foi modificada pela Lei nº 11.464, de 2007, mas mantém, no seu art. 2º, o terrorismo como crime hediondo.

Já a chamada Lei de Segurança Nacional, a Lei nº 7.170, de 1983, ainda em vigor, em seu art. 20, trata de uma série de condutas e de atos de terrorismo.

Por que nós falamos em paradoxo? Porque, no Brasil, todas essas leis, a Lei de Crimes Hediondos, a Lei de Segurança Nacional, na realidade são inócuas em



relação ao terrorismo, porque ferem a regra da objetividade jurídica — há advogados presentes neste seminário. Ferem também o princípio constitucional da reserva legal, como bem dito aqui pelo nosso Deputado, ou seja, não há crime sem que haja lei anterior que o defina.

Então, esse é o paradoxo. Nós consideramos o terrorismo um crime, nós o repudiamos internacionalmente, nós assinamos praticamente todas as convenções e resoluções internacionais, especialmente da Organização das Nações Unidas, mas nós não o tipificamos internamente. E me parece que isso é fundamental para que possamos começar a atender essa questão e considerar com mais efetividade a ameaça terrorista, como uma ameaça real.

Nós temos que ter uma legislação própria do Brasil, de acordo com suas características sociais, de acordo com suas características históricas. É essencial que o Brasil tenha sua legislação sobre terrorismo. Eu defendo isso há muito tempo.

Parece-me que a questão do terrorismo é vista como certo tabu em nosso País. Muitas pessoas, quando falam sobre terrorismo, lembram-se daqueles grupos da década de 70, como o Baader-Meinhof, as Brigadas Vermelhas, o Setembro Negro. Esses grupos foram extintos há muito tempo. Hoje, nós temos uma ameaça real, com o mundo globalizado e principalmente com a competição global.

O Brasil, na última década, teve uma visibilidade muito grande no cenário internacional. Nós possuímos bilhões de dólares em negócios no exterior. Nós estabelecemos o desenvolvimento de grandes tecnologias. Eu cito, a propósito, a exploração de petróleo em grandes profundidades pela PETROBRAS. Menciono também a questão ambiental. Segundo alguns analistas internacionais, a questão ambiental, no final deste século, vai praticamente inviabilizar a vida em várias regiões do planeta. Lembro ainda que somos um país rico em minérios.

Podem ocorrer ações terroristas no País. Não quero dizer que o Brasil, como bem dito aqui, que o brasileiro seja alvo, por si só, de ação terrorista internacional ou que alguma instalação física seja atingida em território nacional. Mas é preciso ressaltar que nós realizaremos esses grandes eventos mundiais, e o terrorismo é algo globalizado.

Muita gente fala em terrorismo psicológico. Na realidade, o objetivo principal do terrorismo é atuar no âmbito psicológico, causando medo, pavor, terror.



No ano que vem, a mídia vai estar toda centralizada aqui. Então, é uma oportunidade para que pessoas ou grupos atuem, com os mais diversos objetivos, nas mais diversas situações. Até grupos novos podem ver o Brasil como uma oportunidade de se lançarem internacionalmente por meio da realização de um atentado. Essa é a nossa maior preocupação.

Temos condições de preparar uma legislação que seja bastante ampla. Nós não podemos, ideologicamente, às vezes, considerar movimentos sociais, mas isso vai ser estudado. Depende, como eu falei, da característica do país, depende da cultura do país. Na realidade, eu fui um pouco mal interpretado numa palestra que dei na ONU. Vazou depois, pelo WikiLeaks, que eu havia dito que, no Brasil, era impossível uma legislação antiterrorista, porque criminalizaria os movimentos sociais. De fato, mas isso foi dito de modo contextualizado. Se nós formos tomar por base a legislação americana, a francesa, a inglesa, nós não vamos ter uma lei antiterrorista, porque essas legislações têm base na cultura e nas características desses países. Nós não precisamos copiar uma legislação de outro país, temos condições de criar a nossa própria legislação.

Em relação ao terrorismo, vejo que temos um problema quanto a essa cultura da maioria das pessoas. Muitas autoridades governamentais não acreditam que algum atentado possa ocorrer em território nacional. As consequências disso, na prática, são danosas. Mas há mecanismos de prevenção.

Esse talvez seja o grande problema atualmente da nossa cultura e da nossa compreensão sobre esse fenômeno.

Agradeço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Walter Feldman) - Agradecemos ao Dr. André Luís, que contribuiu muito, na sua exposição, quanto a dois aspectos fundamentais que viabilizaram este seminário: a possibilidade de o Brasil vir a ser palco de eventos terroristas, pela realização de grandes eventos, e a necessidade de avançarmos na elaboração de uma legislação específica.

Queria agradecer aos três painelistas, oferecendo-lhes um livro que sintetiza a arte e a arquitetura na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

Quero agradecer muito a contribuição de todos.



Nós vamos reiniciar os trabalhos às 14 horas, não mais às 14h30min. Sendo assim, eu peço a colaboração de todos quanto ao cumprimento do horário.

Agradeço a participação de todos e desejo que tenham um bom almoço e um bom intervalo.

Está encerrado este painel. (*Palmas.*)